

CADERNOS DO IL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE LETRAS

Nº 4 NOVEMBRO 1990

## BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BOSI, Alfredo. (org.) *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo, Cultrix, 1974.
- BRAYNER, Sônia. *O conto de Machado de Assis*.
- CAMPEDELLI, Samira Youssef; ABDALA JR, Benjamim. Clarice Lispector. *Literatura comentada*. São Paulo, Abril, 1981.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. Trad. de Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.
- GOTLIB, Nádia Battella. *Teoria do conto*. São Paulo, Atica, 1990.
- HOHLFELDT, Antonio Carlos. *Conto brasileiro contemporâneo*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.
- JOLLES, André. *Formas simples*. Trad. de Alvaro Cabral. São Paulo, Cultrix, 1976.
- NUNES, Benedito. *O dorso do tigre*. São Paulo, Perspectiva, 1969.
- SCHWARTZ, Jorge. Murilo Rubião. *Literatura comentada*. São Paulo, Abril, 1982.

HIRATA, Lourdes

## VARIÁVEL SOCIOLINGÜÍSTICA: TEORIA OU RECURSO HEURÍSTICO?

A discussão sobre a extensão da variável fonológica a todos os níveis da gramática teve início com a troca de textos entre Lavandera (Were does the sociolinguistic variable stop?, 1978) e Labov (Where does the linguistic variable stop?, 1978).

### 1 - Lavandera a Labov

Para Lavandera, a questão principal da sociolinguística é construir uma teoria de enunciados ("understand why anyone says anything") ou de um modelo de gramática gerativa ("specifying the form of a grammar that generates all and only the well-formed sentences of a language" (p.171). Contudo, perguntar por que alguém diz alguma coisa é perguntar para que e, nesse caso, a análise sociolinguística fica situada em um paradigma funcionalista, o que implicaria fornecer explicações funcionais para as razões pelas quais alguém diz alguma coisa. A variável sociolinguística seria parte de uma teoria de enunciados ou de uma teoria da variação.

Pelas postulações de Labov, a variável sociolinguística é uma evidência empírica e/ou um procedimento empírico, que indica apenas que há variação, sem ter poder explicativo, mas apenas descritivo. Por isso, não pode ser utilizada na argumentação em defesa de uma descrição empírica do fenômeno estudado, sob pena de incorrer em argumento ad hoc. Como a sociolinguística pretende descrever contextos de variação, explicando sua motivação, evidenciados por dados estatísticos que correlacionam fatores lingüísticos e extralingüísticos de cunho social como idade, sexo, etnia e outros, não pode ser apenas evidência empírica, nem apenas recurso heurístico; então, postula-se sua extensão ao outros níveis da gramática, numa expansão teórica que daria à variável sociolinguística o status de conceito de uma teoria da variação. Por decorrência, pergunta-se se esse recurso heurístico - a variável socio-

Profa. Assistente do Depto. de Letras Clássicas e Vernáculas  
do IL - UFRGS

lingüística - deve ser limitado ou expandido. Assim, se a variável sociolingüística situa-se numa teoria de enunciados ou na teoria gerativa.

Lavandera argumenta, no entanto, que não seria conveniente, no estágio em que se encontravam as pesquisas na época em que o artigo foi publicado - 1978, estender a noção de variável sociolingüística a todos os níveis da gramática, já que a mesma fora desenvolvida com base em dados fonológicos e não em dados morfológicos, sintáticos ou semânticos, que exigiriam uma teoria articulada do significado (p. 171). A autora discute a quantificação da variação sintática, o significado social e estilístico da variação fonológica, o requisito de semelhança, o contexto da variação e as variáveis com diferenças no significado referencial (pp. 172-177). Todos esses aspectos representam dificuldades em operacionalizar a variável lingüística em todos os níveis da gramática.

É preciso salientar que, tendo sido desenvolvida para variações fonológicas, a variável sociolingüística ou lingüística, no entanto, diz respeito a um conceito dentro de uma eventual teoria, já que são expressões utilizadas quando há significância social e estilística na variação, bem como quando as relações de frequência são corroboradas ou relacionadas com outros fatores registrados pela teoria. Por outro lado, registre-se que as expressões são utilizadas intercambiavelmente em relação a níveis de abstração diferentes: no nível empírico, o fato lingüístico em si, que é a variação; e, no nível teórico, a "variável lingüística" enquanto portadora de frequência, relativa ao modelo postulado por Labov. Como a variável é sociolingüística, pressupõe-se que a postulação do modelo refere-se à variação, genericamente falando, já que será sempre sociolingüística. Contudo, há uma diferença entre a noção de variável comumente empregada na fonologia gerativa/estrutural, relacionada à regra opcional, que reside basicamente na constatação pelo observador da existência de diferença de forma na estrutura de superfície apenas e a noção de variável na teoria de Labov, que não está baseada apenas na presença ou ausência de diferenças de forma, nem mesmo quando se refere a variações fonológicas ou fonéticas. No modelo laboviado, não é em torno de haver ou não o mesmo significado referencial que se estrutura a variável sociolingüística, mas em torno da relação de frequência, evidenciada pelo corpus, que deve ser interpretada e, portanto, que está no nível teórico.

Para Lavandera, a discussão em torno do significado referencial reflete muito mais aspectos ideológicos presentes nas percepções dos pesquisadores, que partem do pressuposto de que todas as culturas se expressam por meio de significados referenciais de mesma força (p. 179). Se formas que claramente diferem em significado referencial são ao mesmo tempo social e estilisticamente estratificadas, então, diferentes grupos

sociais trocariam diferentes tipos de mensagens, fazendo uso de formas com estruturas de significados diversos. Tal hipótese, segundo a autora, "Ao invés de levar à conclusão plausível de que existem maneiras convencionais diferentes de comunicar 'o mesmo' efeito referencial nos diferentes setores da comunidade de falantes / leva a crer que / essa evidência poderia ser usada incorretamente para atribuir a alguns grupos a incapacidade de pensar certos significados" (p. 179-180).

Sendo o mais forte argumento contra uma extensão da noção de variável fonológica a todos os níveis da gramática, Lavandera sugere que problemas de significado referencial sejam resolvidos pela substituição do requisito de mesmo significado referencial por uma condição de comparabilidade funcional (p. 180-181). Quanto aos outros aspectos, comenta a autora que nem mesmo na fonologia está provado que diferenças em frequência transmitem significados sociais, mas desde que sejam atribuídos às variáveis fonológicas, que também o sejam às sintáticas. Por outro lado, para as variáveis não-fonológicas, as asserções quantitativas podem ser consideradas dados que requerem interpretação, e as regras probabilísticas podem ainda servir como recurso heurístico. Acrescenta ainda que as regularidades e tendências ilustradas pela análise probabilística devem estar sujeitas a explicações formais substanciais.

Para Lavandera, as variáveis sociolingüísticas e as regras variáveis, "... como são definidas, só podem ser recursos heurísticos, em nenhum sentido parte de uma teoria de linguagem" (p. 179). Essa afirmação não contraria Labov, para quem "... fica bem claro que a variável lingüística ou as regras variáveis não são em si mesmas uma teoria da linguagem, mas são todas recursos heurísticos" (p. 179).

## 2 - Labov a Lavandera

A afirmação de que a variável sociolingüística nada mais é do que um recurso heurístico situa-se no período do final da década de 70. época, Labov (1978) considera a variável vinculada à teoria gerativa, tendo, porém, uma visão mais ampla do uso da linguagem. Para ele, o sociolingüista pergunta "por que alguém diz alguma coisa?", respondendo, "para comunicar". Em seguida, indaga "mas comunicar que tipo de informações?", e o pesquisador dirá, por exemplo, para comunicar "as diferenças entre falantes rurais e urbanos", "as formas de gentileza" no dia-a-dia da comunidade de falantes e assim por diante (p. 1-2), ou seja, o falante comunica, na fala, a informação expressiva e afetiva da linguagem, demonstrando sua auto-identificação como falante e sua acomodação ao ouvinte - duas funções que são opostas ao uso representacional da linguagem.

Para Labov, esse tipo de investigação é diferente daquela feita pelo lingüista formalista, que lida com diferenças sutis

de significação referencial, enquanto o sociolinguísta lida com funções inter-comunicativas. Além disso, o sociolinguísta vê a linguagem humana a partir de um espectro biológico mais amplo, supondo-a construída em uma herança biológica comum. Assim, as representações lógicas são construídas por facilidades que são originadas para comunicar sinais de territorialidade e acomodação. Por isso, o componente variável e suas funções características são muito proeminentes (p. 3-4). Por outro lado, o formalista tende a ver a linguagem humana como uma criação new species-specific feita para receber um input de representações lógicas, enfatizando, portanto, a natureza discreta das categorias da linguagem, enquanto qualquer variação lingüística remanescente tem menor significado. Pergunta-se então se é possível ir além das diferenças ideológicas e construir um modelo de teoria que dê peso adequado a ambos os aspectos da linguagem humana. Se assim fosse, a teoria sociolinguística teria o objetivo de "...abarcar a variação em qualquer sub-setor do sistema lingüístico para as funções de representação, identificação e acomodação, e predizer para qualquer nova língua a provável distribuição da informação veiculada na prosódia, no sistema vocálico, no sistema quantificador e assim por diante" (LABOV, 1978, P.4).

É dentro deste quadro que Labov preconiza a variável sociolinguística como recurso heurístico. Para ele, apesar de não ser uma teoria da linguagem, a variável lingüística muito contribuiu para a teoria da linguagem. Como recurso heurístico, os estudos sobre a variável corroboram o modelo inicial ou o desqualificam, fazendo com que o estudioso mantenha uma asserção quanto ao grau de evidência objetiva para uma dada relação gramatical abstrata no sistema usado por um falante de uma comunidade de falantes (LABOV, 1978, p. 12-13).

A reivindicação de uma eventual teoria da variação parte do fato, que Labov não discute nesse artigo, de que, por um lado é difícil expandir o modelo formalista para abarcar a variação nos termos preconizados pelo autor; e, por outro lado, o recurso heurístico postulado, para ser validade, tem que estar relacionado a uma teoria.

### 3 - Questionando a Variável Lingüística

Resumidamente, pode-se observar que Lavandera prefere discutir a variação sociolinguística como elemento constitutivo de uma teoria da linguagem, criticando os problemas relativos à sua extensão aos outros níveis da gramática com os critérios utilizados para a variável fonológica. Labov, por outro lado, prefere discutir a variável sociolinguística enquanto elemento heurístico, capaz de levantar evidência sobre a gramática humana.

Seria simples resolver a controvérsia aceitando a posição de que estamos diante de uma querela ideológica, do ponto de vista acadêmico, isto é, de uma disputa entre uma visão atenta a fatores intercomunicativos e outra atenta a aspectos formais e diferenças discretas. Mais do que isso, a discussão envolve a possibilidade de a noção de variável sociolinguística ser um elemento descritivo e explicativo de uma capacidade humana intrínseca, que seria a de realizar opções entre formas variáveis, opções entre formas variáveis, opções essas motivadas por pressões externas sociais e estilísticas, ou ser apenas um recurso heurístico que apreende variáveis com o objetivo de compreender melhor a capacidade humana da linguagem - independentemente de serem livremente motivadas ou não (o critério de escolha prevalecendo de acordo com o que o estudioso pretende desvendar sobre a linguagem).

Muito além da sutileza, a diferença ou possibilidade exposta implica e traz conseqüências não só a respeito das conclusões que o estudo da variável sociolinguística nas comunidades de falantes permite chegar, como também sobre a própria capacidade da linguagem, postas, por exemplo, nas seguintes questões: a) como se aprende a falar socialmente, pelos critérios do modelo, modulando as circunstâncias sociais e estilísticas; b) essa modulação é obrigatória, e, nesse caso, quais os critérios utilizados pelo falante para sua utilização?; c) a capacidade humana da linguagem inclui restrições sociais oriundas do ambiente; d) o falante sempre informa a sua origem social através da sua fala?; e) qual a relação entre o processo psicológico e a sua associação à modulação da fala, conforme as circunstâncias? e outras questões.

Mesmo que as questões não sejam respondidas pelo modelo, essas são as indagações decorrentes de se aceitar como fato a modulação da fala às circunstâncias, isto é, se é formalmente constatado que o falante utiliza variáveis com a intenção de informar ou comunicar aspectos relacionados às funções afetivas ou emotivas da linguagem, o modelo deve poder dar conta do como, ou seja, do processo que subjaz ao fato que evidencia, problema posto a qualquer empreendimento teórico, científico e/ou empírico.

Os rumos da sociolinguística a partir da discussão da extensão da variável fonológica a todos os níveis da gramática vai girar em torno desta questão. Se revisarmos a bibliografia dos anos 70, veremos que Labov começa discutindo a variação a partir de Bloomfield (1933) e outros como Hockett (1958) e Martinet (1955). A partir daí Labov (1972a, 1972b) desenvolve seus principais postulados sobre a variação. Em seguida, vários autores (Darnell, 1975; Guy, 1975; Cedergren & Sankoff, 1974; Sankoff, 1973 e 1974); Rousseau & Sankoff, 1978; Sankoff & Laberge, 1974; Berdan & Legum, 1976; Kay & MacDaniel, 1979;

Berdan, 1975; Wolfram, 1974; Fasold, 1978; Cedergren, 1973; Sankoff & Labov, 1979; Anshen, 1975; Laferriere, 1979; Carden, 1973; Kay, 1978) publicam artigos que se referem à variável fonológica e os problemas metodológicos que essa suscita.

Já na década de 80, a discussão situa-se nos problemas levantados pela extensão da variável fonológica a todos os níveis da gramática, discutindo-se variáveis sintáticas, discursivas, semânticas e vários problemas metodológicos, como veremos adiante.

É interessante observar que os estudos da década de 70 refletem a inserção da variável lingüística em um paradigma empirista. Apenas na década de 80 o questionamento sobre a inserção desta regra na gramática gerativa e os problemas epistemológicos resultantes dessa tentativa e/ou de uma eventual teoria da variação farão parte de discussões mais profundas, como em, por exemplo, Romaine (1981 e 1987) e Dittmar (1983). Ambos os autores trazem contribuições da lógica e da teoria do conhecimento para melhor elucidação das dificuldades epistemológicas suscitadas pelo esforço de se constituir uma teoria da variação. O que queremos salientar aqui é justamente um movimento do empirismo para o racionalismo à medida que a tentativa de extensão da variável fonológica a todos os níveis da gramática obriga o detalhamento dos procedimentos de investigação, desde a coleta de dados (v. Labov, 1972a e 1972b, Wilson, 1987 e Ball, 1986), o tratamento matemático-estatístico do modelo (Guy, 1975; Cedergren & Sankoff, 1974; Rousseau & Sankoff, 1978; Kay & MacDaniel, 1979), os problemas de significado referencial já mencionados e a impossibilidade de a regra variável pertencer ao modelo gerativo. Em resumo, o procedimento do sociolingüista, que pretendia através da regra variável apreender a realidade social do falante, passa a compreender tal número de decisões a priori, seja na escolha das próprias variáveis, e a posteriori, na interpretação do resultado da quantificação que se caracteriza uma abstração muito distante do nível empírico. Além disso, trata-se de uma inversão do procedimento inicial de investigação, como descrito nos primórdios da década de 70, inversão essa que situa a variável em um paradigma racionalista. Na década de 80, testa-se um modelo de variação, i.e., os dados estão a serviço das questões metodológicas. Convém lembrar que inicialmente a variável sociolingüística estava a serviço da realidade da fala.

Vamos revisar alguns dos principais problemas da sociolingüística enquanto teoria da variação.

#### 4 - Sobre Diferentes Maneiras de Dizer a Mesma Coisa

Weiner e Labov (1983) estudando a passiva sem agente em oposição à ativa, começam perguntando se essas opções significam a mesma coisa. Para eles, desde que as sentenças se refiram ao mesmo "estado de coisas", têm o mesmo significado, constituindo apenas uma questão de escolha sintática. Por outro lado, os autores salientam que "não há razão para confinar o estudo da variação a formas alternativas de dizer a mesma coisa", mesmo que para muitas variáveis esse tenha sido o enfoque principal sobre o qual se desenvolveram as regras variáveis. Porque também ocorrem variações motivadas por restrições articulatórias, nos processos gramaticais, ou pelo reconhecimento dos limites gramaticais, ou motivadas por resíduos de processos históricos; em outras palavras, variações que não estão sujeitas a significados sociais e estilísticos. Segundo os autores, este estudo da passiva demonstra que essa variação tem significado social e estilístico, constituindo uma variação sociolingüística. Afirmando que "a escolha da passiva sem agente versus ativa com sujeito pronominal generalizado parece ser usada por todos os falantes do Inglês como duas maneiras alternativas de dizer a mesma coisa" (p. 4). Insistem ainda que "a análise quantitativa da variável sintática não é conceitualmente diferente da análise fonológica" (idem). A afirmação salienta que os procedimentos são semelhantes e é também uma resposta a Lavandera.

Winford (1984), por outro lado, retomando o artigo de Lavandera, a propósito dos parâmetros de semelhança, afirma que é necessário encontrar uma base comum que forneça equivalência de função e semelhança de conteúdo cognitivo. O autor analisa variantes morfossintáticas e sintáticas no contínuo crioulo, mostrando que não são (as variantes) opções dentro do mesmo sistema, mesmo que a variável fonológica funcione da mesma forma. Comparando o crioulo com o Inglês padrão, o autor chega à conclusão que as estruturas de superfície das variantes analisadas não são estruturas que derivam da mesma estrutura profunda, o que leva Winford a considerar a diferença entre recursos heurísticos ou recursos analíticos necessária, já que as variáveis não têm constituição teórica definida. Segundo o autor, "a tarefa de construir modelos teóricos a partir das variações só pode ter resultado quando nossos procedimentos heurísticos estiverem claramente definidos" (p. 285).

É interessante observar que, no estudo de Winford, ao contrário do de Weiner e Labov, mesmo no terreno fonológico, o autor encontra evidência de que a aplicação do programa quantitativo revela um output incoerente já que as supostas formas variáveis não eram variantes devido às diferenças de estruturas profundas. Weiner e Labov, por outro lado, trabalhando com passivas, cujas estruturas são, aparentemente, mais relevantes em relação ao requisito de semelhança ou equivalência estrutural, não encontram a dificuldade posta por Winford.

Por outro lado, os dois estudos têm em comum o fato de que, antes de qualquer outra indagação - relevância do dado, conhecimento sobre a gramática do falante - está em questão a possibilidade de uma teoria da variação ser construída ou não. Por isso, a discussão gira em torno de aspectos metodológicos.

No que diz respeito às variáveis linguísticas na semântica, Bugarski (1983) procura mostrar como a padronização da terminologia linguística no servo-croata oferece exemplos das dificuldades envolvendo a equivalência semântica, estrutural e de significado, do léxico discutido. Problemas semelhantes, dentro de outra abordagem, apresentam Kroch e Small (1978). Os autores pressupõem uma ideologia gramatical em relação a diferenças dialetais, problemas semânticos, lógicos e lógico-semânticos. Observemos que, em princípio, diferenças dialetais, no modelo, são tratadas a nível de variáveis caso a caso enquanto os autores postulam uma "ideologia gramatical" que perpassa a comunidade de falantes. Apesar dessa diferença, a análise não foge completamente ao modelo variacionista, tendo exemplos produtivos.

A dificuldade central é determinar quais as formas variantes, como na dupla negação, que é considerada ilógica, uma vez que duas negativas equivalem logicamente a uma positiva. Pergunta-se se a variante com dupla negação seria uma variável da positiva, considerada correta. Outro exemplo está nas orações a seguir:

- 1) John only eats cabbage.
- 2) John eats only cabbage.
- 3) John only eats cabbage; he doesn't grow it.
- 4) John only eats cabbage; he eats nothing else.

Aqui trata-se de saber quais são as variantes: se (1) é variante de (2); por outro lado, se (1) não é variante de (2); e se (3) é variante de (4). Então, (1) e (2) não podem ser variantes já que significariam ou referir-se-iam a "estados de coisas" diversos. Segundo os autores, o linguista pode demonstrar com facilidade que a reivindicação de superioridade lógica é espúria, já que está baseada na pressuposição de que há uma relação simples entre a forma da estrutura de superfície e a forma lógica. No caso da múltipla negação, essa pode não ser padrão no Inglês, mas ocorre no Espanhol e no Português; enquanto a colocação de only seria um caso de processo sintático de movimento do quantificador.

Segundo Kroch e Small, a importância sociológica da ideologia gramatical reside no fato de que é uma base aparente para a estigmatização de formas dialetais não padronizadas que permite a interpretação das convenções dialetais desses

dialetos como formas inferiores. Os autores consideram que a ideologia gramatical influencia a amostra estudada (1978, p. 47-48).

Os estudos de Kroch e Small enfatizam as forças sociais externas na composição da fala da comunidade, bem como na mudança, o que é uma posição ligeiramente diferente da posição que estabelece a variabilidade, já que os autores preconizam uma ideologia gramatical teórica, enquanto os variacionistas são empíricos. Contudo, não se pode deixar de refletir sobre o poder de influência que as classes mais organizadas ou socialmente mais hierarquizadas apresentariam em relação à fala de seus membros. Porém, há necessidade de se ponderar se isso não seria objeto de estudos de outras áreas do conhecimento, visto que extrapolações sobre fatores sociais atuando de fora para dentro das estruturas linguísticas exigiriam maior definição e descrição dos fatores em si a nível, por exemplo, sociológico. Nesse sentido, a fala deixaria de ser condicionada por fatores sociais para ser reflexos deles, o que é uma afirmação discutível.

Por outro lado, ao analisar a variável discursiva, Dines (1980) postula que a noção de variável pressupõe que "as variantes sejam de alguma forma semelhantes" e, no caso do discurso, que as variáveis tenham "uma função comum no discurso" (p. 15). Para isso, a autora afirma ser necessário abandonar a noção de ligações semânticas simples, baseada no precedente de que as ligações entre as variantes fonológicas são, em primeiro lugar, fonêmicas e, apenas incidentalmente, semânticas. Pode-se argumentar que as variantes sintáticas fracamente equivalentes e que provavelmente nenhuma transfixação está livre de mudanças no significado; nesse sentido, a ligação semântica tem provado ser um recurso heurístico conveniente, mas que pode ser substituído, por exemplo, por um recurso sintático. Assim se manteria a noção de que as variantes são de alguma forma semelhantes, isto é, têm algo em comum; caso contrário, nem mesmo seriam variantes.

A postulação de Dines para o discurso remove a obrigatoriedade de haver uma ligação semântica. Satisfeita a primeira condição de variabilidade - a condição de equivalência referencial -, discutida por Lavandera, a segunda, "as variantes serão distribuídas diferencialmente", seria mantida, observando-se ser necessário acrescentar alguma outra reivindicação sobre a similaridade subjacente, já que a complementaridade não é condição suficiente para asseverar a similaridade em outros termos que não os semânticos. Essa seria um grau de saliência associado à variável e utilizada em variáveis semânticas para demonstrar a unidade da comunidade de falantes em termos de normas subjacentes. (A saliência é alguma forma de maior prestígio ou estigmatizada que chama atenção.)

Para Dines, a saliência e a distribuição diferencial "são evidências importantes de 'similaridade subjacente'" (p. 16) e, nesse sentido, a variável pode ser definida em termos de uma função comum no discurso. A autora considera que, repensar a significação desses três traços da variável, saliência, distribuição diferencial e similaridade subjacente, é um conjunto de modificações no procedimento heurístico do modelo, mas que mais esclarece do que o desafia, possibilitando, depois de identificada a variável, a aplicação da análise quantitativa.

Dines aponta dois aspectos básicos, um conceitual e outro metodológico:

a) a natureza da forma subjacente da variável é um assunto empírico que deve ser determinado para cada variável com relação a uma série de fatores relevantes do ponto de vista lingüístico, social ou pragmático;

b) o procedimento heurístico para isolar a variável cursiva começa com a saliência de alguma variante para um membro da comunidade de falantes, prossegue com uma análise de sua distribuição, e parte, então, para a postulação de uma forma subjacente das variantes e para o mapeamento final das variantes alternativas (p. 30).

Essa modificação no procedimento heurístico caracteriza uma inversão que deixa explícita a atuação do estudioso sobre a delimitação da variável, fato não considerado na década de 70. Por outro lado, responde aos temores levantados por Lavandera, no que diz respeito aos aspectos ideológicos envolvidos, no sentido de que salienta a utilização da variável sociolingüística enquanto recurso que permite, justamente, desvendar preconceitos ou pressuposições a propósito da fala considerada vaga. Por analogia, o mesmo recurso pode ser utilizado para investigar outras pressuposições e desmistificá-las ou até perpetuá-las.

Outros estudos (Coupland, 1983; Schiffrin, 1985) demonstram a utilidade da variável sociolingüística como recurso heurístico que permite analisar hipóteses sobre o discurso. A aplicação dos métodos quantitativos é considerada uma possibilidade depois de determinada a variável em si.

Em resumo, a tentativa de solucionar o problema posto pela dificuldade de as variáveis sintáticas etc. não apresentarem o mesmo significado referencial, como ocorre nas variáveis fonológicas, a partir da discussão entre Lavandera e Labov, acaba por gerar outras discussões também metodológicas. Assim, definir uma variável sintática passa antes pelo requisito de se definir se duas sentenças têm o mesmo significado referencial, se os contextos em que as sentenças ocorrem

são funcionalmente semelhantes, se são estruturas de superfícies ou não, se se originam na mesma estrutura subjacente, se a estrutura lingüística das duas sentenças justifica a escolha das sentenças variantes (já que pode se tratar de caso solucionável em outros níveis que não o sintático, como, por exemplo, o discursivo), sem falar na necessidade de se definir se o falante está querendo dizer coisas diferentes ou não. Fecha-se, desta forma, um círculo de novas indagações em torno da definição de variáveis que o lingüista precisa checar, seja nas estruturas lingüísticas, seja no contexto, seja contrapondo dados, ou questionando o falante em, por exemplo, entrevistas de percepção. Em suma, o lingüista passa a ter que responder a questões primordialmente metodológicas em vez de responder às razões pelas quais "alguém diz alguma coisa" ou, antes disso, se existem duas maneiras diferentes de dizer a mesma coisa, fato que não se pode negar já que o próprio lingüista intui essa possibilidade como falante de uma língua natural.

#### 5 - Sobre as Questões Metodológicas

As críticas mais recentes ao modelo de Labov já incorporam os estudos e resultados feitos com relação às expansões da metodologia quantitativa às variáveis sintáticas e discursivas, ao contrário das críticas anteriores à discussão Lavandera/Labov que, como enfatizou Labov, surgiram numa época em que as indagações diziam respeito a questões postas pela possibilidade de a variável ser uma regra do gerativismo.

Romaine (1981 e 1987) tem como argumento principal o fato de que as regras variáveis não são regras explicativas, no sentido de que não existe uma relação causal entre essas e a realidade da fala, i.e., não existem leis sobre o comportamento lingüístico da mesma forma que existem leis nas ciências naturais. Assim, o critério de uma gramática baseada na noção de regra variável não seria o mesmo tipo de critério que permite ao cientista natural, elaborada uma lei, aplicá-la à realidade, já que a lingüística trata de um objeto cujo status é diverso.

Segundo a autora, vários aspectos do modelo laboviano não se coadunam com o modelo chomskiano, como por exemplo: o locus da variável está na performance e não na competência; para Labov, a competência lingüística inclui restrições quantitativas bem como discretas; e é difícil estabelecer a forma e o ordenamento das regras variáveis. Por outro lado, as predições ou reivindicações da gramática gerativa não se referem ao comportamento humano, enquanto Labov argumenta que há isomorfismo entre o modelo formal da gramática e os processos ou habilidades mentais humanos. Para Romaine, predizer as ocorrências de enunciados dos grupos de falantes em termos de

leis probabilísticas é algo diferente de projetá-las na competência individual dos falantes de uma língua, o que seria inadmissível (p. 104-106). Em outras palavras, poder observar comportamentos, que podem ser descritos como probabilísticos, não implica afirmar que o falante tenha uma regra probabilística. Além do mais, pergunta-se se faz sentido trazer teorias probabilísticas para a lingüística já que essas, nas ciências físicas, não perguntam sobre a "competência" dos átomos. Segundo ela, as probabilidades predizem sobre ocorrências e não sobre indivíduos. Uma competência baseada em uma teoria probabilística não explicaria a competência comunicativa, pretensão da sociolingüística, uma vez que a competência comunicativa é o conhecimento que os falantes têm da estrutura e significado das orações bem como das regras para seu uso, envolvendo não só a produção mas também a interpretação desse conhecimento (p. 105). Para Romaine, o problema da teoria sociolingüística é (a) saber se aceita que a linguagem existe no mundo real da mesma forma que os fenômenos físicos e (b) definir se a mesma estará sujeita à descrição por uma gramática ou teoria da gramática que incorpore regras probabilísticas (p. 101). Ainda acrescenta que Labov vê a sociolingüística como uma teoria indutiva, que coleta dados e depois formula uma teoria de acordo com esses dados. Mas isso equivaleria a dizer que existe teoria livre de observação, suposição com a qual não concorda. Por outro lado, considera um erro acreditar na realidade dos constructos teóricos, afirmando que o modelo proposto por Labov para explicar a variação e a mudança lingüística é, em última análise, metafórico, no sentido de não é em si a realidade (p. 115-117).

Dittmar (1983) afirma que as regras sociolingüísticas são regulativas, behavioristas, tendo aspectos relacionados à semântica, ao conhecimento lingüístico e outros excluídos das regras. Além disso, sua metodologia prescreve um procedimento que separa os aspectos lingüísticos dos sociais ao evitar fatores empíricos como os pragmáticos. Isso impediria que as regras variáveis fossem elementos constitutivos de uma teoria sociolingüística.

Ainda Romaine (1985) afirma que os dados empíricos são insuficientes para o esclarecimento do status da regra variável e das gramáticas e de seu papel no comportamento humano. A questão crucial seria determinar, primeiro, quando o comportamento do sistema se adequa a uma regra, e, em segundo lugar, quando é possível justificar a afirmação de que o comportamento é "causado" por uma regra de representação. Se não se pode defender uma ontologia na qual as regras variáveis têm um status representativo, então, a pergunta é se o modelo em si teria relevância ao não pretender um nível teórico interpretativo mais alto, caso em que nada reivindica sobre a realidade mental, apenas contém regras computacionais sem representação.

É evidente que a questão não é tão radical. A pretensão à realidade psicológica, implícita ou explicitamente, faz parte de qualquer teoria sobre algum aspecto social ou humanístico. O problema é saber como o modelo se comporta ao ser testado, mesmo que não tenha de fato nenhuma pretensão à verdade, portanto, está impossibilitado de preconizar sobre realidades.

Como podemos ver pelos estudos mencionados, a indagação dos sociolingüistas agora comporta problemas de ordem epistemológica, tratando de aspectos relativos à constituição e formulação de regras e seu status dentro da teoria.

### Conclusão

Muitos outros aspectos, de fato, perspassam a discussão em torno da variável sociolingüística. Dado o espaço limitado, preferimos esboçar a problemática, já que até mesmo não há uma resposta conclusiva. Em outras palavras, a variável sociolingüística é, na prática, tratada como recurso heurístico ainda que vários estudiosos preconizem ser um elemento constitutivo de uma teoria da variação.

Cabe lembrar, no entanto, que desde as primeiras indagações de Labov sobre as razões pelas quais alguém diz alguma coisa, desde os primeiros estudos empíricos e descritivos e o questionamento sobre o significado referencial, levado por Lavandera na tentativa de estender a noção de uma variável a outros níveis da gramática, até as críticas metodológicas e epistemológicas que indicam as dificuldades de se construir uma teoria e de tornar possível sua convivência dentro de outra teoria com outros objetivos e conceitos, completa-se um ciclo que, independente da diferenças de caminho, guarda uma mesma indagação: a que pergunta sobre diferenças na fala de uma comunidade e a mudança lingüística.

Roger W. Shuy em What is the study of variation useful for? (1975), a propósito de épocas em que motivações sociais se refletem no desenvolvimento das ciências, afirma as pretensões gerais dos estudos labovianos nos seguintes termos:

"Aparentemente, há forças contraditórias simultâneas que trabalham nas disciplinas em todos os tempos: a necessidade de se resolver um problema versus a necessidade de parecer independente do problema como se fosse auto-suficiente..." (p. 313).

As forças contraditórias, segundo parece, cumprem hoje um papel diverso, no sentido de que, pelo exposto, deve perguntar



pelo para qué, antes mesmo de por qué, isto é, como vimos com Lavandera e outros autores, deve perguntar o que se pretende com a variável sociolingüística, antes de perguntar por que essa se comporta de uma maneira ou de outra.

#### BIBLIOGRAFIA

- ANSHEN, F. Varied objections to various variable rules. In: FASOLD, R.W. & SHUY, R.W. (eds). *Analyzing variation in language*. Washington, D.C. Georgetown University Press, 1975. p. 1-10.
- BAILEY, C.J. & SHUY, R.W. (eds). *New ways of analyzing variation in English*. Washington, D.C. Georgetown University Press.
- BALL, M.J. The reporter's test as a sociolinguistic tool. *Lang Soc*, 15 (3) : 375-386, sep. 1986.
- BAIN, R. The necessity of variable rules. In FASOLD & SHUY, op. cit., p. 11-26.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1933.
- BUGARSKI, R. Sociolinguistic issues in standardizing linguistic terminology. *Lang. Soc.* 12 (1) : 65-70, mar 1983.
- CARDEN, G. Disambiguation, favored reading and variable rules. In: BAILEY & SHUY (eds) op. cit.
- CEDERGREN, H.J. On the nature of variable constraints. In: BAILEY & SHUY, op. cit. p. 13-22.
- CEDERGREN, H.J. & SANKOFF, D. Variable rules: performance as a statical reflection of competence. *Language* 50 (2): 333-355.
- COUPLAND, N. Patterns of encounter management: further arguments for discourse variables. *Lang Soc.* 12 (4): 459-476, 1983.
- DARNELL, R. Review of *Sociolinguistic Patterns* by William Labov, *Language* 51 (4): 1008-1016, 1975.
- DINES, E.R. Variation in discourse - "and stuff like that". *Lang. Soc.* 9 (1): 13-31, apr. 1980.
- DITTMAR, N. Descriptive and explanatory power of rules in sociolinguistic. In: BAIN, B. (ed.) *The sociogenesis of language and human conduct*. s.l., Phoenix, 1983. p. 225-255.

FASOLD, R.W. Language variation and linguistic competence. In: SANKOFF, D. (ed). *Linguistic variation: models and methods*. New York, Academic Press, 1978, p. 85-95.

FASOLD, R.W. & SHUY, R.W. *Analyzing variation in language*. Washington, Georgetown University Press, 1975.

GUY, G.R. Use and application of the Cedergren-Sankoff variable rule program. In: FASOLD & SHUY, op. cit., 59-69.

KAY, P. Variable rules, community grammar and linguistic change. In: SANKOFF, D. (ed) *Linguistic variation: models and methods*, New York, Academic Press, 1978.

KAY, P. & MCDANIEL, C.K. On the logic of variable rules. *Lang Soc* 8 : 151-187, aug 1979.

\_\_\_\_\_. On the meaning of variable rules. *Lang Soc* 10 (2) : 251-58, 1981.

KROCH, A. & SMALL, C. Grammatical ideology and its effect on speech. In: SANKOFF, D. op. cit..

LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, University of Penn Press, 1972a.

\_\_\_\_\_. Some principles of linguistic methodology. *Lang Soc* 1 (1): 97-120, 1972b.

\_\_\_\_\_. Where do grammars stop? In: SHUY, 1973, p. 43-98.

\_\_\_\_\_. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Sociolinguistic Working Paper* n. 44. Austin (TX), Southwest Educational Development Laboratory, apr. 1978.

\_\_\_\_\_. *The social stratification of English in New York City*. Washington, Center for Applied Linguistic, 1982.

LAVANDERA, B.R. Where does the sociolinguistic variable stop? *Lang Soc* 7 (2): 171-182, aug 1978.

MARTINET, A. *Éléments de linguistique générale*. s.l. Librairie Armand Colin, 1967.

ROMAINE, S. The status of variable rules in sociolinguistic theory. *Journal of linguistics* 17: 93-119, 1981.

\_\_\_\_\_. Variable rules OK - or can there be sociolinguistic grammars. *Lang Comm* 5 (1): 53-67, 1987.

ROSSEAU, P. & SANKOFF, D. Advances in variable rule methodology. In: SANKOFF, D. (ed) Linguistic variation, op. cit., p. 57-69.

SANKOFF, D. (ed) Linguistic variation - models and methods. New York, Academic Press, 1978.

SANKOFF, D. & LABOV, W. On the uses of variable rules. Lang Soc 8: (2): 189-222, aug. 1979.

SCHIFFRIN, D. Multiple constraints on discourse option: a quantitative analysis of causal sequences. Discourse processes 8: 281-303, 1985.

SHUY, R.W. What is the study of variation useful for? In: FASOLD & SHUY, op. cit., p. 312-327.

WINFORD, D. The linguistic variable and syntactic variation in creole continua. Lingua 62 (4):267-288, apr 1984.

WOLFRAM, W. Variable rules constraints and rule relations. In: FASOLD, R.W. & SHUY, op. cit. p. 70-88.



UFRGS

SABi



05588801